



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 6 – Nº 14 - Julho - Dezembro 2011
Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

A GESTÃO EDUCACIONAL E A IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE PESQUISA NA ESCOLA

Autoras:

Caroline Leonhardt Romanowski¹

Renata Gomes Camargo²

Soraia Napoleão Freitas³

Tatiane Negrini⁴

¹ Pedagoga/UFSM; Mestranda em Educação/UFSM; Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social – GPESP (carolromanowski@yahoo.com.br). Rua Duque de Caxias, 1275/407, Bairro Centro, CEP: 97015-190 – Santa Maria/ RS.

² Educadora Especial/UFSM; Mestranda em Educação/UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social – GPESP (re_kmargo@hotmail.com).

³ Professora Dra. do Departamento de Educação Especial/UFSM e do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social – GPESP (soraianfreitas@yahoo.com.br).

⁴ Educadora Especial/UFSM; Especialista em Educação Especial: Altas Habilidades/superdotação e Especialista em Gestão Educacional/UFSM; Mestre em Educação/UFSM e Doutoranda em Educação/UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social – GPESP (tatinegrini@yahoo.com.br). Rua Gonçalves Ledo, 351. Bairro Camobi. CEP: 97110-320. Santa Maria/RS.

A GESTÃO EDUCACIONAL E A IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE PESQUISA NA ESCOLA

Resumo: Este trabalho tem como objetivo problematizar a influência da gestão educacional na realização do processo de identificação de alunos com características de altas habilidades/superdotação em escolas públicas. A partir de um estudo bibliográfico sobre o tema em questão, e um estudo de caso em uma escola pública de Santa Maria/RS a qual participa de um projeto de pesquisa, realizou-se este debate com uma abordagem qualitativa. Dentre as principais considerações, verificou-se o quanto uma gestão mais participativa e democrática possibilita uma qualificação do trabalho pedagógico e uma diferenciação no atendimento educacional para os alunos com altas habilidades/superdotação. Esta organização da gestão educacional também pode ser promotora de parcerias entre universidade e escola, para através de objetivos comuns entre a comunidade escolar convergir para a ampliação de uma educação mais qualificada para os alunos com altas habilidades/superdotação.

Palavras-chave: Altas habilidade/superdotação, gestão educacional, escola.

The educational management and the identification of high ability students / Giftedness: problematization about research in school

Abstract: This paper aims to discuss the influence of educational management in carrying out the process of identifying students with characteristics of high ability/gifted in public schools. From a bibliographical study on the subject in question, and a case study about a public school in Santa Maria / RS which participates in a research project, there was this debate with a qualitative approach. Among the main considerations, it was how a more participatory and democratic management allows a qualification of the pedagogical work and a differentiation in educational services for students with high ability/giftedness. This organization of educational management can also be a promoter of partnerships between university and school, through common objectives among the school community to converge on the expansion of a more qualified education for students with high ability/giftedness.

Key words: High ability/giftedness, educational management, school.

PROBLEMATIZAÇÕES E DESCRIÇÕES

O presente trabalho parte das experiências vivenciadas em um projeto de pesquisa – “Da identificação a orientação de alunos com características de altas habilidades/superdotação” – vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, o qual tem como objetivo geral a identificação de alunos com características de altas habilidades/superdotação nas escolas da rede pública e privada do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. Durante o trabalho neste projeto de pesquisa foi possível observar nas escolas em que a equipe do mesmo atuou, no ano de dois mil e dez e dois mil e onze, a importância das instituições trabalharem em uma perspectiva de gestão educacional democrática, diluindo as decisões e responsabilidades igualmente com o corpo docente e a comunidade.

Nesse sentido, é intenção deste texto problematizar a influência da gestão educacional na realização do processo de identificação de alunos com características de altas

habilidades/superdotação em uma escola pública com que o projeto de pesquisa manteve parceria. Para isto, tendo em vista as experiências vividas pela equipe, far-se-á uma análise qualitativa dos acontecimentos e situações a partir da problematização acima, juntamente com um estudo bibliográfico na área de estudo.

Faz-se referência à análise qualitativa dos dados, pois se acredita que seja a maneira mais adequada, neste momento e para o objetivo proposto, de olhar os fatos, contextos e sujeitos da educação, pois de acordo com Minayo,

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (2009, p. 21).

Desta forma, seguindo esta abordagem, acredita-se que nosso olhar será mais direcionado para a problemática e o objetivo deste trabalho. Além disso, a pesquisa bibliográfica perpassa esta produção, uma vez que nos dá subsídios teóricos para constituir o debate. Assim, busca-se em Gil a metodologia bibliográfica de pesquisa, pois de acordo com o autor referido, “a principal vantagem de pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (1999, p.71). Por corroborar com esta idéia, há utilizaremos, fazendo o enlace entre os estudos de gestão educacional e altas habilidades/superdotação com o contexto educacional vivenciado pela equipe do projeto.

Após a devida descrição dos eixos metodológicos que guiam este trabalho, é de extrema relevância definir quem são os alunos com altas habilidades/superdotação, para tanto se tomará inicialmente a abordagem da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A política citada define com características de altas habilidade/superdotação aqueles alunos que,

[...] apresentam potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 9) .

Já para Joseph Renzulli (2004), estudioso norte-americano na área da superdotação, são três características que compõem o comportamento dos sujeitos com altas

habilidades/superdotação: habilidade acima da média, criatividade, e envolvimento com a tarefa, as quais estão expostas na Teoria dos Três Anéis (RENZULLI, 2004). A habilidade acima da média corresponde à facilidade na aprendizagem tanto em uma área geral quanto específica; a criatividade se refere à flexibilidade e à originalidade do pensamento; e o comprometimento com a tarefa refere-se à persistência, dedicação, esforço e autoconfiança.

Desse modo, baseado no que foi exposto, é importante ressaltar a importância da observação do aluno no cotidiano dos processos de identificação relacionados aos fatores externos, pois já no final de século XX verifica-se nos escritos de alguns autores como Renzulli (2004) e Gardner (1994) que se faz relevante para um processo de identificação a observação cotidiana das ações e comportamentos do aluno.

Para a realização dessas observações e a indicação das características dos alunos com altas habilidades/superdotação, acima citadas, dentro da escola, é necessária uma participação significativa dos professores nos processos de identificação, afinal são estes os profissionais que passam grande parte do tempo com os alunos, envolvidos e presentes nas atividades pedagógicas da escola.

Corroborando com isso, a primeira etapa do processo de identificação do projeto de pesquisa já citado é proporcionar ao corpo docente das instituições escolares um esclarecimento sobre a temática das altas habilidades/superdotação. Estes momentos acontecem através de encontros informativos, onde são objetivadas discussões acerca de quem são esses sujeitos e quais algumas de suas características. Ressalta-se, neste sentido, a importância da participação e do empenho dos professores e equipe coordenadora das escolas participantes do projeto, uma vez que a presença destes nos debates favorece a mudança de algumas concepções equivocadas quanto à temática e possibilita um olhar diferenciado para estes alunos.

Com isso, problematiza-se neste trabalho este debate sobre o processo de identificação, trazendo a importância de uma gestão educacional participativa e democrática para que seja permitida a identificação com maior qualificação dos alunos com altas habilidades/superdotação.

O processo de identificação, após a etapa de esclarecimentos, envolve os professores, tanto na indicação de alunos das suas respectivas turmas, a partir de características percebidas no dia-a-dia do contexto educacional, assim como posteriormente, entrevistas com os professores dos anos atuais e anteriores dos alunos previamente indicados. Com as análises

destas etapas citadas, é realizada uma entrevista com um membro da família e também atividades pedagógicas com as crianças indicadas.

Nesse sentido que a participação de diferentes segmentos para o prosseguimento da pesquisa na escola é de fundamental relevância, sem os quais a pesquisa não poderia ser realizada.

Para contribuir com esta identificação nas escolas, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica recomendam que:

Recomenda-se às escolas de Educação Básica a constituição de parcerias com instituições de ensino superior com vistas à identificação de alunos que apresentem altas habilidades/superdotação, para fins de apoio ao prosseguimento de estudos no ensino médio e ao desenvolvimento de estudos na educação superior (BRASIL, 2001b, p. 49).

Deste modo, este trabalho vem a contribuir para aprofundar e difundir os estudos tanto da gestão educacional como da temática das altas habilidades/superdotação, percebendo-se a importância do enlace dessas duas áreas para qualificar a identificação e o atendimento das necessidades dos alunos identificados com características de altas habilidades/superdotação.

Com isso, pelas evidências vivenciadas durante o projeto, nota-se o quanto uma gestão mais participativa, envolvendo professores e demais membros da comunidade escolar favorece o incentivo e desenvolvimento das potencialidades destes alunos. A partir de agora se faz uma discussão sobre a mudança de concepção de gestão educacional e as contribuições desta para a identificação e posterior trabalho com alunos caracterizados com altas habilidades/superdotação.

A GESTÃO EDUCACIONAL E AS CONTRIBUIÇÕES DESTA PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM OS ALUNOS COM CARACTERÍSTICAS DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Tratar a respeito do assunto da gestão educacional é um tema atualmente polêmico, uma vez que está em movimento e superação de paradigmas de uma gestão centralizadora e hierarquizada. Além disso, ao se falar sobre gestão educacional, esta ainda está enraizada em conceitos ligados a concepções de gestão de um sistema macro, o que no momento vem-se configurando de maneira diferenciada. Lück conceitua gestão educacional como,

Processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (2006a, p. 35 - 36).

Neste sentido que a escola, enquanto instituição de ensino envolvida por uma rede de relações, nesta perspectiva teórica, assume o compromisso pelo seu processo de gestão educacional a nível micro, efetivando em seus procedimentos e ações seu compromisso com a educação de acordo com aquela realidade. Esta gestão educacional articula-se com uma legislação maior, com documentos nacionais condutores de um sistema nacional, os quais devem ser balizadores do trabalho pedagógico, no entanto, possibilitando também às instituições de ensino a tomada de decisões sobre questões pertinentes ao seu entorno.

O termo gestão para algumas pessoas ainda vê-se articulado com a administração, no entanto não se trata somente de uma mudança terminológica, mas uma mudança na própria concepção de organização de ensino e da tomada de decisão, tornando a escola mais autônoma, democrática e participativa.

Percebe-se que a gestão educacional numa perspectiva democrática possibilita que decisões centralizadas nas práticas e interesses da mesma. Em relação à escola A, participante do referido projeto de pesquisa, esta pode se posicionar, por exemplo, quanto sua vinculação ou não a projetos de pesquisa e extensão da universidade, de acordo com os interesses do grupo de sujeitos envolvidos e de acordo com as necessidades dos alunos daquele espaço educacional.

Cabe lembrar que a escola, a partir desta sua autonomia, não pode perder o foco da sua atuação que é o trabalho pedagógico e a dinâmica dos processos de aprendizagens.

Com isso, pensar em um processo de gestão democrática dentro das instituições de ensino diz respeito a envolver os participantes como responsáveis pelos processos de ensino e de tomada de decisões. Lück menciona que:

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino e de escolas. Desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para seus problemas e, portanto, mais adequadas às suas necessidades e expectativas (2006a, p. 44).

Nesse sentido, todos se tornam responsáveis e responsabilizados por determinadas decisões e processos dentro de um processo de gestão educacional. No caso da escola A, a qual o projeto de pesquisa contatou para propor o processo de identificação dos alunos com características de altas habilidades/superdotação, percebe-se que inicialmente a coordenação pedagógica manteve certos afastamentos e restrições para sua efetivação na prática escolar, tornando o ambiente restrito e com pouca comunicação entre os professores e demais profissionais com a equipe do projeto.

Posteriormente, com a troca da equipe coordenadora da escola, notou-se maior aceitação e envolvimento dos profissionais da escola, sendo que a proposta de desenvolvimento do projeto na escola foi apresentada pela equipe e discutida com os professores, que concordaram em participar e contribuíram de forma significativa.

Nesse sentido que a perspectiva de mudança de concepção de gestão ficou perceptível à equipe do projeto, uma vez que inicialmente havia trabalho de gestão hierarquizada e centralizadora das decisões. Com a troca da equipe coordenadora da gestão da escola, estas condições começaram a ser relativizadas, permeando uma maior participação e envolvimento dos demais profissionais na tomada de decisões, ao menos quanto à participação do projeto na escola.

Sabe-se que este processo de mudanças na concepção de gestão não acontece rapidamente, pois envolve também as pessoas que estão dentro deste e que precisam se sentir parte desta rede, para assim este espaço tornar-se participativo. Lück menciona que:

[...] muitas vezes, ocorrem mudanças meramente terminológicas, como é o caso representado por uma charge em que um pedinte, enquanto estendia seu chapéu para obter esmolas, conjecturava: antigamente me chamavam de mendigo, depois, passaram a me chamar de carente, depois, ainda, de pessoa em desvantagem social... mas eu continuo não tendo o que comer”. Uma mudança de denominação só é significativa quando representa uma mudança de concepção da realidade e de significado de ações, mediante uma postura e atuação diferentes (2006a, p. 47).

Compreende-se então que, se tratando de uma gestão democrática, as pessoas precisam sentir-se também responsáveis pelas tomadas de decisões e pelos processos de ensino daquela instituição, tendo as mesmas, também autonomia para colocar seus posicionamentos e sugestões de direcionamentos práticos e técnicos. Desse modo, com cada um respondendo por suas ações, a escola torna-se um “organismo vivo e dinâmico”, operacionalizando as ações e dinâmicas dentro do seu contexto pedagógico (LÜCK, 2006a).

Assim, em relação à proposta do projeto de pesquisa acima citada para se articular com a escola A, tem-se uma autorização da equipe coordenadora para a realização dos processos dentro da instituição, assim como cada participante, professores das salas de aulas, assinam (ou não) um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aceitando participar das etapas previstas, o que dá a estes, autonomia de decidir no coletivo, mas também no ambiente pessoal.

Neste sentido, observando os benefícios do envolvimento de todos nas decisões tomadas pela escola, acredita-se que esta forma de organização é fator qualificador para as parcerias estabelecidas entre universidade e escola. Através da atuação de projetos de pesquisa espera-se que esta instituição esteja em comunhão com a comunidade escolar, interesses e necessidades dos seus alunos.

Cada escola, dessa maneira, constrói uma experiência singular, que não pode ser reproduzida por outras, e passa,

[...] a ser reconhecida pela observação e atenção às nuances e peculiaridades de sua manifestação, em associação com os seus resultados. Em consequência, não se pode prever inteiramente os desdobramentos desses processos, em vista do que, cabe aos gestores estarem continuamente atentos a cada gesto, sinal, comunicação e desdobramentos de cada momento e situação (LÜCK, 2006a, p. 64-65).

Com isso, este processo de descentralização e autonomia da escola exige um alargamento das suas responsabilidades, chamando a participação da comunidade escolar para o seu funcionamento, sendo que o processo educacional somente tem mudanças quando os participantes têm consciência que são responsáveis pelo mesmo.

No caso da gestão da escola, corresponde a dar vez e voz e envolver na construção e implementação do seu projeto político-pedagógico a comunidade escolar como um todo: professores, funcionários, alunos, pais e até mesmo a comunidade externa da escola, mediante uma estratégia aberta de diálogo e construção do entendimento de responsabilidade coletiva pela educação (LÜCK, 2006a, p. 81).

Este debate em torno da gestão educacional torna perceptível o quanto aumenta as responsabilidades para a escola na sua organização e ações pedagógicas, não se afastando de uma normatização nacional. Neste sentido acredita-se que este processo de construção de uma escola democrática e autônoma não acontece repentinamente, mas envolve a conscientização dos envolvidos.

Aranha escreve a respeito da organização dos espaços e tempos escolares, e menciona que um aspecto que chama a atenção é “a emergência da gestão sempre no lugar do controle,

do respeito às normas estabelecidas por outrem. Resignificar esse lugar, portanto, não é algo que se consegue num passe de mágica. Exige-se persistência e solidez de rumo” (2005, p. 84).

Tendo em vista a escola mencionada e a vinculação escola e universidade pelo projeto de pesquisa, surgem algumas observações quanto à organização da gestão educacional, a qual se pretende explicitar ao longo deste texto. No entanto as redes que se estabelecem dentro de cada instituição de ensino são únicas e particulares, de acordo como cada um entende e se sente parte dela.

Lück (2006a) resume esta descentralização da autoridade pela construção de mecanismos de autonomia de gestão, pela unidade de atuação; tomada de decisão próxima do ambiente de ação; e competências técnico-políticas, construídas e disseminadas por todo sistema.

A partir deste debate, entende-se que são importantes que alguns envolvidos na gestão educacional assumam a posição de equipe coordenadora das ações educacionais, no entanto afastando-se de uma lógica burocrática e hierarquizada verticalmente. Uma escola que se diga democrática deve ter uma aproximação dos diversos segmentos do conjunto, entre planejamento e ação, teoria e prática, entre atores e usuários. Associamo-nos à idéia apresentada por Lück quando esta menciona que:

A superação da visão burocrática e hierarquizadora de funções e posições, evoluindo para uma ação coordenada e horizontalizada, passa, necessariamente, pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da totalidade dos membros dos estabelecimentos de ensino, na compreensão da complexidade do trabalho educacional e percepção da importância da contribuição individual de todos, em articulação com os demais, para a realização dos objetivos comuns da educação e da organização coletiva (2006a, p. 90 – 91).

Referindo-se a esta gestão democrática, percebe-se a importância das ações destas equipes coordenadoras, as quais assumem o papel de ouvir os diferentes posicionamentos, dialogar com o outro, não tomando decisões isoladamente. Fazendo referência à escola A, esta mudança ficou notória com a substituição das equipes coordenadoras, enquanto que uma parecia mais centralizadora das decisões, a outra procura levar as decisões para o grupo, para que junto possam ser pensadas as ações mais adequadas para determinado espaço educacional.

Para os alunos com altas habilidades/superdotação, assim como aos demais, estas ações são importantes, no sentido de que os professores, por acompanharem diariamente o processo de aprendizagem de seus alunos, tem maiores condições de opinar frente à prática de

um projeto de pesquisa na escola. Assim, quando debatido entre os professores a proposta do projeto, notou-se que coletivamente – escola e universidade – se poderia estar promovendo uma identificação mais adequada, contribuindo para a estimulação das habilidades destes indivíduos, assim como o esclarecimento junto aos professores de concepções teóricas quanto à área.

Neste sentido, também o professor é um gestor do espaço educacional, e gestor da sala de aula, responsabilizando-se não somente pela que ocorre dentro da sala como também na escola. Aranha pontua com clareza a necessidade de reconhecimento do professor enquanto sujeito de conhecimentos e experiências significativas, e menciona que:

Reconhecer os docentes como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, como educadores em toda a dimensão do termo, é essencial. Mas, reconhecê-los também como gestores e co-gestores do seu trabalho é a linha divisória entre uma mudança real ou fictícia no interior das escolas (2005, p. 81).

Além disso, via de regra observa-se que freqüentemente o aluno é colocado na situação da passividade frente aos conhecimentos e aos professores. Lück menciona que:

Na medida, porém, em que o professor considere que o papel do processo educacional é o de levar o aluno a desenvolver seu potencial, mediante o alargamento e aprofundamento de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma associada, passa a envolver o aluno em uma participação ativa, pela qual exercita processos mentais de observação, análise, crítica, classificação, organização, sistematização, dentre outros, e, fazendo perguntas, conjecturando soluções a problemas, sugerindo caminhos, exerce poder sobre o processo educacional e sobre como e o que aprende (2006b, p. 59).

A gestão educacional, neste sentido, perpassa também o bem-estar dos alunos dentro da escola, os quais sentem a preocupação dos demais com o progresso das suas aprendizagens, e são incentivados a serem sujeitos ativos das suas construções. Para os alunos com altas habilidades/superdotação esta é uma posição importante, uma vez que potencializa para que demonstrem suas habilidades e desenvolvam suas capacidades.

Além disso, o papel da gestão educacional é imprescindível para a condução de proposta de enriquecimento para os alunos com altas habilidades/superdotação, seja na escola ou fora dela. Ao final do processo de identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação pela equipe do projeto na escola, os alunos identificados são encaminhados para um Programa de Enriquecimento - PIT: Programa de Incentivo ao Talento⁵ – o qual acontece em horário extracurricular. O incentivo da escola, dos professores

e dos pais é fundamental para que estes alunos possam permanecer participando do programa, com incentivo permanente.

Assim, enquanto instituição de ensino acredita-se que a gestão educacional é um processo que envolve toda uma rede de sujeitos – professores, coordenação, alunos, pais – a qual precisa se organizar em função de um objetivo comum que é a educação dos alunos da escola. Sabe-se que inicialmente este não é um processo tão tranquilo, exigindo dedicação e respeito ao outro, mas que pode trazer contribuições importantes para o desenvolvimento dos alunos, especialmente os alunos com altas habilidade/superdotação.

Lembrando que também existem documentos legais nacionais que precisam ser conhecidos e debatidos dentro do contexto escolar, para que a partir disso, sejam feitos os direcionamentos e encaminhamentos necessários para atender a demanda daquele contexto educacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO EDUCACIONAL E IDENTIFICAÇÃO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: ALGUMAS RELAÇÕES

A reflexão visando a ampliação da democratização da educação no Brasil, bem como, sobre a garantia de que pessoas com alguma necessidade educacional especial –NEE – recebesse o atendimento educacional especializado e frequentasse o ensino comum, foi promulgada na Constituição Federal Brasileira de 1988 (MENDES, 2010, p.101).

Desde então, os diferentes decretos e políticas relacionados à atuação da Educação Especial, modalidade que tem sua atuação direcionada a estas pessoas, vieram se aperfeiçoando para melhor atender a demanda destas pessoas no contexto educacional.

Destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que reafirma a proposta educacional prevista na constituição, agregando fatores quanto à organização do trabalho educacional junto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). (BRASIL, 2008, p. 3)

Ao analisar esta assertiva presente na lei, pode-se pensar na gama de aspectos complexos que a escola precisa contemplar para contribuir no processo ensino-aprendizagem de seus alunos.

Neste sentido, novamente Mendes (2010) aponta que a demanda da diversidade de alunos que a escola precisa atender é grande, logo se assevera que as parcerias, dentre outras com ações de universidades, especialmente projetos de pesquisa e extensão, que estejam dispostos a colaborar e trocar experiências com a escola pode trazer benefícios para as pessoas que trabalham nas diferentes instâncias.

Estas parcerias são recomendadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2008, p.9).

No caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, ao se pensar que a temática ainda é pouco discutida nos cursos de formação de professores, bem como em relação a outras especificidades atendidas pela Educação Especial aparece em menor escala, a necessidade do estabelecimento destas parcerias fica aumentada.

Porém, a parceria somente acontece e é eficaz quando as instituições envolvidas estão igualmente dispostas ao trabalho colaborativo, mas isso nem sempre acontece, como foi no início do processo de identificação de alunos com altas habilidades/superdotação na escola estudada.

Os avanços conseguidos com a orientação de práticas inclusivas na escola para a atuação da Educação Especial são realmente importantes (MENDES, 2010). Destaca-se a obrigatoriedade do atendimento do alunado com Necessidades Educacionais Especiais nas

suas especificidades, bem como o aumento do reconhecimento destes na escola, impondo a este local um repensar da sua organização porque devem atender este alunado com qualidade e com vistas a promover seu desenvolvimento educacional e social.

Assim, mostra-se ainda mais significativa o estabelecimento destas práticas colaborativas que podem auxiliar a escola no ato de cumprir sua tarefa apontada acima, desde que ambas as partes estejam engajadas em prol dos objetivos propostos, ainda mais pelos motivos relacionados às altas habilidades/superdotação.

Trabalhar colaborativamente implica que os profissionais envolvidos nas ações estejam imbuídos do pensamento de coletividade, da importância de cada um para alcançar os objetivos propostos, neste caso, o conhecimento e reconhecimento dos alunos com altas habilidades/superdotação.

Meirieu (2002) destaca que o trabalho do professor na escola deve passar por momentos em que aceita entender no que seus colegas e alunos discordam e resistem à sua forma de agir, e neste movimento tem a oportunidade de ver a sua realidade sob novas perspectivas.

Logo, construir ações com base no pensamento de equipe, colaborativo, para além de propiciar que as atividades exercidas por cada um estejam em consonância com o todo, os professores tem a oportunidade de aproximar-se, compartilhar suas experiências e aprender com os colegas.

Isso compreende em outras palavras a gestão democrática, frisada e discutida neste texto quanto às suas implicações no processo de identificação de alunos com altas habilidades/superdotação.

A questão da participação efetiva requerida em uma gestão que se organiza de forma democrática é nomeada por Meirieu (2002), como envolvimento, apontando os benefícios de práticas que partem de um esforço para criar estratégias que visem à integração de todos de modo comum.

Não basta que se tenham leis e políticas que impulsionem a qualificação de ações educacionais e o atendimento das singularidades dos alunos. A questão da estruturação da gestão educacional interfere significativamente no andamento de todas as atividades em que a escola está envolvida.

Sendo assim, acredita-se que a gestão democrática e a inferência desta sobre a atuação de forma coletiva/colaborativa auxiliam na atenção e práticas condizentes com o proposto

pelos documentos legais, e, neste caso, a parceria entre escola e universidade para identificação e orientação de alunos com características de altas habilidades/superdotação.

ENTRE A GESTÃO E A IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: CAMINHO A PERCORRER

Acredita-se que a gestão democrática em uma escola pública contribui de alguma forma para a qualificação do trabalho pedagógico e possibilita uma aproximação maior entre a escola e universidade através de projetos de pesquisa. Logo, uma gestão democrática cumpre com alguns requisitos, propiciando que o andamento de atividades que envolvam práticas colaborativas sejam facilitadas na escola.

O primeiro momento da realização do processo de identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação na escola A, partiu do interesse de somente uma pessoa que atuava na gestão da escola, não foi discutido com os demais membros se seria de interesse de todos na escola a realização do processo, causando dificuldades no desenvolvimento das atividades previstas, bem como da posterior orientação aos alunos com características de altas habilidades/superdotação identificados.

Logo, correu-se o risco de não atingir o objetivo primordial do projeto na referida escola, talvez podendo os alunos com altas habilidades/superdotação que freqüentavam a escola demorarem muito tempo ou nem chegarem a serem reconhecidos com tal característica. Dessa forma, se estaria deixando de incentivar estes potenciais a partir da visualização dos dados gerados no processo de sua identificação.

Porém, em um segundo momento ocorreu uma mudança, com as eleições para o corpo diretivo da escola, e com isso novas perspectivas e concepções adentraram o espaço escolar, abrindo nova oportunidade de atuação do projeto de pesquisa nesta escola.

Neste sentido, observa-se como é benéfico o envolvimento de todos nas decisões tomadas pela escola, mostrando como a gestão escolar democrática presente na escola é fator qualificador e facilitador para as parcerias estabelecidas entre universidade e escola, através da atuação de projetos de pesquisa, que esta instituição esteja em comunhão com a comunidade escolar, interesses e necessidades dos seus alunos.

Assim, a gestão democrática tende a proporcionar um intercambio reflexivo de experiências, vivências e conhecimentos entre equipe executora do projeto e agentes da

escola, e ainda gerando um olhar diferenciado para a identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação e a possibilidade de atender estes alunos nas suas necessidades educacionais especiais, ponto primordial desta discussão.

Compreende-se a relevância do trabalho na escola na perspectiva de uma gestão democrática e as contribuições desta para o reconhecimento e educação dos alunos com altas habilidades/superdotação. No entanto, sabe-se que em relação à escola A, esta mudança de concepção de gestão é um movimento que vem interpelando os profissionais da educação e a comunidade escolar, sendo que neste texto não se buscou salientar se esta é a única ou a melhor forma de gestão, mas que em nossas experiências mostra-se significativa neste momento.

Além disto, vale lembrar que esta gestão não se desvincula de um sistema nacional de educação, o qual ainda dita algumas políticas e exigências e direciona alguns fazeres dentro da escola. Contudo acredita-se que trabalhar em uma perspectiva de participação e autonomia dentro do contexto escolar propicia uma prática mais clara dos objetivos em comum do grupo.

Por fim, cabe ressaltar que frente a desafios que surgem durante um processo de pesquisa, estes devem ser vistos como um momento de aprendizagem para o grupo, que exige a persistência da equipe executora do projeto de pesquisa, bem como engajamento na busca de soluções para melhor atender as escolas com as quais se estabelecem parcerias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônia Vitória Soares. Gestão e organização do trabalho escolar: novos tempos e espaços de aprendizagem. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 75 – 86.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GIL, Antonio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006a. Série: Cadernos de Gestão.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006b. Série: Cadernos de Gestão.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. IN: **Revista Educación y Pedagogía**. Vol. 22, Nº. 57, Maio-agosto, 2010, p. 93- 109.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o Dizer e o Fazer: a coragem de começar**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RENZULLI, Joseph S. O Que é Esta Coisa Chamada Superdotação, e Como a Desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. In: **Revista Educação**. Porto Alegre – RS, Ano XXVII, n. 1 (52), Jan./Abr. 2004.

⁵ Projeto de Extensão vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, orientado pela professora Soraia Napoleão Freitas, que tem como objetivo geral promover um programa de enriquecimento extracurricular para alunos com características de altas habilidades/superdotação.